

O capitalismo brasileiro e as modernizações desvinculadas da modernidade*

Maria José de Rezende

Professora de Sociologia da Uel e Doutora em Sociologia pela USP.

Resumo

*Faoro, baseado em Max Weber, faz uma distinção entre capitalismo economicamente orientado e capitalismo politicamente orientado. No livro **Economia e Sociedade**, este último faz uma discussão que está na base das indagações de Faoro sobre o capitalismo brasileiro. Sua principal indagação é: esse capitalismo politicamente orientado pelo Estado seria uma fase necessária para que ocorresse o desenvolvimento do capitalismo economicamente orientado, aquele fundado numa lógica racional e independente do poder estatal? Baseado em Weber, ele diz que não. O desenvolvimento desse capitalismo racional teria que lutar obstinadamente para suplantá-lo o capitalismo politicamente orientado pelo Estado. Mas há, no Brasil, grupos empresariais dispostos a esse embate? O que o processo sociohistórico teria demonstrado sobre essa possibilidade ao longo dos séculos XIX e XX? Uma parte de suas análises visa dar respostas a essas questões.*

Palavras-chaves

Capitalismo, desenvolvimento; mudança social.

Abstract

*Faoro, based on Max Weber, makes a distinction between the economically-oriented and the politically-oriented capitalism. In the book **Economia e Sociedade**, Weber discusses Faoro's questionings about the Brazilian capitalism. His main question was: Would this capitalism, oriented politically by the State, be a*

* Artigo recebido em 1º mar. 2005.

necessary step for the development of the no. economically-oriented capitalism, the one based on a logic which is rational and independent from the State power? Based on Weber, his answer is The development of this rational capitalism would have to fight obstinately to supplant the capitalism which is politically oriented by the State. But are there, in Brazil, companies which are willing to do so? What would the social-historical process have shown about this possibility along the nineteenth and twentieth centuries? A part of his analyses intends to answer these questions.

Key words

Capitalism; development; social change.

Classificação JEL: P17, 054, P11.

Introdução

Neste artigo, faz-se uma reflexão sobre as indagações de Raymundo Faoro (1925-03) acerca das dificuldades de o capitalismo, no País, romper com o seu caráter politicamente orientado pelo Estado. Essa análise recorre às suas discussões empreendidas tanto nas obras **Os Donos do Poder** (1989) e **Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio** (1988) quanto nos artigos e nas entrevistas publicados em periódicos da grande imprensa. Foram pesquisadas as colunas publicadas semanalmente na revista **Isto é/Senhor**, para verificar como ele entendia o chamado processo de modernização do capitalismo brasileiro empreendido no início da década de 90 pelo Presidente Fernando Collor de Mello (1990-92).

Com base nos escritos de Max Weber (1999), Faoro faz uma distinção entre capitalismo economicamente orientado e capitalismo politicamente orientado. O caso brasileiro, em razão da ação efetiva e persistente do Estado desde o início do processo de colonização, seria um tipo singular de capitalismo politicamente orientado, o qual, ao se estender ao longo de vários séculos, definiu uma estrutura social e política fortificadora de um padrão de domínio que se viabilizou em razão de seu caráter perpetuador de práticas econômicas e políticas assentadas numa articulação entre o estamento patrimonial e burocrático e a estrutura de classes. Esta última, por sua vez, "(...) ao mesmo tempo em que

influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político” (Faoro, 1989, p. 203).

O capitalismo brasileiro, politicamente orientado, alimenta-se e é alimentado pelo patrimonialismo estatal, que tem como traço principal um modo de agir completamente alheio e indiferente às necessidades da sociedade. Nessas condições, não se formou qualquer projeto de nação, já que os interesses coletivos foram sempre rechaçados em favor dos interesses que possuem condições de se articularem em torno do aparelhamento estatal.

“Sempre, no curso dos anos sem conta, o patrimonialismo estatal, incentivando o setor especulativo da economia e predominantemente voltado ao lucro como jogo e aventura ou, na outra face, interessado no desenvolvimento econômico sob o comando político, para satisfazer imperativos ditados pelo quadro administrativo, com seu componente civil e militar.” (Faoro, 1989, p. 733).

Assim, afirma Faoro, “(...) a realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo galhardamente, inviolavelmente, à repetição, em fase progressiva, da experiência capitalista” (Faoro, 1989, p. 736). A base teórica da discussão empreendida por Faoro acerca do capitalismo brasileiro é extraída dos escritos de Max Weber, principalmente dos textos que compõem a obra **Economia e Sociedade** (1999). As discussões de Weber sobre o surgimento dos estados nacionais oferecem as melhores pistas para a compreensão das condições de desenvolvimento e/ou de emperramento do moderno capitalismo ocidental.

Weber, analisando o capitalismo europeu, afirma:

“(...) o mercantilismo (...) não constitui o ponto de partida do desenvolvimento capitalista, mas este aconteceu inicialmente, na Inglaterra, paralelamente à política monopolizadora fiscal do mercantilismo, e isto de tal modo que uma camada de empresários, que havia ascendido independentemente do poder estatal, encontrou, após o fracasso da política monopolizadora fiscal dos Stuarts, no século XVIII, o apoio sistemático do Parlamento. Pela última vez enfrentaram-se aqui numa luta o capitalismo irracional e o racional: o capitalismo orientado para oportunidades fiscais e coloniais e para monopólios estatais e o capitalismo orientado para oportunidades de mercado que resultavam, automaticamente, sem medidas impostas de fora, das próprias transações comerciais” (Weber, 1999, p. 524-525).

Faoro, em vista desses argumentos, considerava que o capitalismo economicamente orientado para as oportunidades de mercado nunca se formou, de fato, no País. O capitalismo brasileiro, dependente do Estado, acabava por

ser um elemento emperrador de uma economia racional. Para que esta última se constituísse, era necessário que emergissem agentes econômicos capazes de afrontar as tecnocracias estatais, os estamentos dirigentes que comandam o aparelhamento estatal. Mas isso não ocorreu ao longo da história do País. Tem-se, principalmente a partir de 1964, a implementação de uma ditadura — com o apoio dos setores capitalistas modernos (industriais) e arcaicos (agrário-exportadores) — que conduziu ao poder estatal um estamento militar capaz de incorporar as classes dominantes à sua forma de mando. Ou seja, estas últimas, historicamente pouco autônomas diante do Estado, tornavam-se, mais e mais, em razão de um jogo de interesses (econômicos e políticos) que as favorecia, submetidas expressivamente à estrutura militar e à estrutura capitalista vinculada ao Estado (Faoro, 1976, p. 4).

Os processos de modernizações postos em andamento, no século XX, no País traziam sempre a marca desse capitalismo politicamente orientado pelo Estado que aqui vigorava. Tais processos

“(…) se circunscrevem ao tempo circular, com uma memória condicionada ao tempo precário, que dura enquanto outra onda se sobrepõe à atual, desfazendo-se ambas. A história que daí resulta será uma crônica de déspotas, de governos, de elites, de castas, de estamentos, nunca a história que realiza, aperfeiçoa e desenvolve. A história, assim fossilizada, é um cemitério de projetos, de ilusões e de espectros” (Faoro, 1994, p. 112).

1 - Modernização e modernidade: caminhos e descaminhos

A tese de que as modernizações postas em andamento no Brasil não conseguiram acionar um processo de desenvolvimento capaz de conduzir o País rumo à modernidade perpassou os escritos de Raymundo Faoro. Em momento algum, ele supunha que a modernização era um processo que favoreceria a todos os membros de uma dada sociedade. Não se trata, porém, de um processo de introdução de melhorias nas condições de vida da maioria da população. Ela significa, sim, um projeto de mudança conduzido por um grupo que, “(...) privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da ‘lei natural’, mas se procura moldar, sobre o País, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança” (Faoro, 1994, p. 99).

As modernizações¹ que se sucederam ao longo dos séculos XIX e XX não conduziram ao desenvolvimento das condições para a instauração da modernidade no País, isto porque esta última (...) compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais” (Faoro, 1994, p. 99). Nesse caso, é plenamente reconhecível, no decorrer dos vários anos e das várias décadas, que as ações modernizantes postas em andamento abortavam quaisquer possibilidades de nascimento de um devir em que todos os grupos sociais estivessem envolvidos na consecução de um projeto de nação. O modo de controle, que se foi estabelecendo pelos grupos proponentes e condutores das várias modernizações que se sucederam no tempo, foi capaz de repelir intermitentemente a constituição de ações políticas capazes de engendrar caminhos por onde deveria fluir uma nação, de fato, moderna no que tange ao conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e jurídicas.

Faoro entende como modernidade tanto o processo de formação do Estado de direito e da cidadania quanto o de fortalecimento da sociedade civil como base para a efetivação da democracia. No campo econômico, a modernidade expressa-se na constituição de um capitalismo economicamente orientado, o qual, segundo Max Weber, não derivou, ao menos na Europa, do capitalismo orientado pelo Estado. Aquele primeiro teria lançado bases em razão do surgimento de uma camada de empresários independentes do Estado, os quais travaram uma luta contra o denominado capitalismo mercantil, ou irracional (Weber, 1999, p. 525).

No caso do Brasil, quais seriam as possibilidades de um projeto de modernidade se impor nos campos econômico, político e social? As reflexões de Faoro têm esse problema como chave principal. As obras **Os Donos do Poder** (1989), **Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio** (1988), **Assembléia Constituinte: a Legitimidade Recuperada** (1981), **Existe um Pensamento Político Brasileiro?** (1994) e, também, as inúmeras entrevistas e artigos publicados em vários periódicos, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, tentam decifrar, em momentos e conjunturas diversas, obstinadamente, os (des)caminhos indicadores da desvinculação entre modernização e modernidade.²

¹ “Modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro — ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas.” (Faoro, 1994, p. 99).

² “Seria desejável que o empresário fosse independente ou, pelo menos, desfrutasse de alguma autonomia perante o Estado. Pois, enquanto a burguesia não se emancipar, enquanto não ocorrer aqui uma transição capitalista, o País permanecerá arcaico.” (Faoro, 1976, p. 4).

Isto porque “(...) a modernização será sempre uma concessão, uma forma de ajustamento — e nada mais” (Faoro, 1976, p. 4).

E por que a modernidade se impõe? Ela se impõe por não ser uma simples política de mudança, como é o caso da modernização. Sendo um movimento amplo que abarca a sociedade como um todo e, portanto, atinge todas as esferas (econômica, política, social, jurídica e cultural), as classes e os grupos, a modernidade não teria, segundo Faoro, como ser capturada, aprisionada e direcionada, inteiramente, quanto aos seus benefícios e conquistas, para alguns setores somente, como é o caso da modernização. E por que não seria possível tal captura e aprisionamento? Pelo fato de que as ações das diversas classes sociais estariam na base do próprio movimento gerador dos caminhos da modernidade. Os embates, as lutas, as pressões, os antagonismos é que impossibilitariam que o grupo dirigente — coordenador do movimento que se impõe rumando a sociedade para a modernidade — capturasse, somente para si, os benefícios, os ganhos e as conquistas que adviriam desse processo. Essa é, para ele, uma diferença básica entre os dois processos denominados modernização e modernidade.

“Quando (...) a modernização se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente — com muitos nomes e de muitas naturezas — que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes. Um exemplo (...) [foi] a projetada e frustrada reforma que se quis derivar da recepção do positivismo comtista, no século passado. Militares, engenheiros e médicos, uma elite que não conseguia dar as cartas no estamento imperial (...), formam não uma nova sociedade, mas um novo estamento, para que ocupe o lugar do antigo. É claro que tal ascensão insegura só resultará numa mudança espasmódica, limitada, incapaz de imantar toda a sociedade.” (Faoro, 1994, p. 100).

O que tem sido característica essencial das modernizações (substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, industrialização, urbanização, proclamação da República, implementação do ensino superior, desenvolvimento da ciência, etc.) postas em prática, ao longo da história no País, é a obstinada busca por circunscrever os processos de mudanças desencadeados aos interesses de alguns grupos sociais que, de alguma forma, circundavam o projeto de modernização em curso. Raymundo Faoro dava como exemplo as inovações de D. João, que tinham, ao mesmo tempo, um caráter de renovação e de frenagem, para que não ganhassem asas os interesses contrários à corte portuguesa. Os

severos controles “(...) da ascensão social que a emancipação política deveria produzir” (Faoro, 1994, p. 100), a partir da Independência, seriam outro exemplo. E por que tais controles, que acompanharam a modernização política de 1822, significaram a anulação das possibilidades de o Brasil ir constituindo-se como uma nação que lançava as bases para a modernidade?³ Porque impede o florescimento de antagonismos capazes de fazer emergir uma sociedade civil que seria fortificada pelas ações e pelos embates gestados pelos múltiplos enfrentamentos na arena política.

Ao invés disso ocorreu que

“(...) entre a sociedade civil, frágil e vigiada, e o estamento aristocrático, deu-se uma transação, alterada em torno dos meados do século XIX. A conciliação política, desarmando os antagonismos, regularia e controlaria a mudança. Mantida a pirâmide — mantida a ‘ordem’, como se dizia — o Império escravocrata adia sua mais urgente reforma social, a do cativo, logo adiante, para se modernizar. Sem o sonho das manufaturas e arquivado o projeto colbertiano, joga-se na febre das estradas de ferro e dos melhoramentos urbanos” (Faoro, 1994, p. 101-102).

Outros exemplos de modernização que deixavam evidenciada a não-abertura do caminho para a modernidade foram discutidos por Faoro. Ele cita a tentativa de elevar a ciência à condição essencial da modernização do País. O modo como o estamento defensor da necessária cientificização (juristas, engenheiros, médicos e militares) tentava implementar a mesma punha às claras a circunscrição dos seus benefícios à própria elite dirigente. Manoel Bomfim (1993), intelectual e político, por exemplo, denunciava, no início do século, esse projeto de modernização reafirmador da tutela do Estado e do parasitismo impregnado, desde a colonização, na sociedade brasileira. Há um diálogo dele com Silvio Romero (1969) questionando a crença cega, deste último, no homem de ciência e nas suas propostas de modernização.

No início do século XX, floresce uma perspectiva de modernização assentada essencialmente na ciência, encarada esta, por políticos, intelectuais, juristas⁴, como a salvadora da nação, já que promoveria a industrialização, o

³ “Entre a linha da modernização e a linha da modernidade, há uma oposição que, mais que uma diversidade, não se funde numa contradição. A oposição pode, uma vez que não chega à contradição, e daí à superação, conciliar-se e acomodar-se num quadro sem afirmações e sem negações. A conciliação fixa, ceticamente, a indefinição como norma.” (Faoro, 1994, p. 111).

⁴ Entre eles, estavam Rui Barbosa, Silvio Romero, Tobias Barreto, Rodrigues Alves, Paulo Egídio e outros.

progresso, a ocidentalização, a civilidade, a higienização, as mudanças políticas, o rompimento com o passado colonial e com o caráter inferior do povo brasileiro. Manoel Bomfim denunciou em 1905, em **América Latina: Males de Origem**, esse ideário modernizante e excludente que repelia a menor possibilidade de florescimento de ações dos setores populares. “O povo, por esse meio, não participava da mudança: ele a padecia. Foi o que quis dizer Euclides da Cunha, ao notar que estávamos ‘condenados à civilização’”, na obra **Os Sertões** (1995). A condenação à civilização significava, então, a antimodernidade.

Raymundo Faoro defende a tese de que as modernizações postas em marcha, nos diversos momentos históricos, no País acabavam por repelir a modernidade. E isso adquiriu sua feição mais acabada, a partir de 1930, com o processo de urbanização e de industrialização que mantém intocadas as inúmeras tradições políticas e sociais brasileiras. Dentre elas, podem-se mencionar as reiteradas formas de manter uma parte expressiva da população na condição de figurantes mudos, conforme observava Sérgio Buarque de Holanda (1972). A antimodernidade expressava-se também na conciliação que se vai tecendo paulatinamente entre uma sociedade que se industrializava e se modernizava e uma organização social patrimonialista e burocrática que persistia, processo que culmina na negação absoluta da modernidade. Tal negação expressa-se na domesticação, através do clientelismo, do personalismo e do populismo, das classes populares.

E, entre 1930 e 1964, teria sido possível identificar algum momento indicador de que o País abria as portas para a modernidade? Faoro afirma que, na segunda metade da década de 50, no Governo Juscelino Kubitschek (1956-61), “(...) pode-se admitir uma febre de modernidade” (Faoro, 1994, p.109). Para ele, esse momento não pode ser caracterizado como um processo de modernização nos moldes conhecidos no País, tanto anteriormente quanto posteriormente. O período pós 1964 é caracterizado, por Faoro, como um processo drástico de modernização industrial que levava ao extremo um projeto calcado na antimodernidade por excelência. “Foi uma industrialização em [cujo projeto] os industriais não tiveram voz (...) — eles se transformaram, em escala sem precedentes na história nacional, em concessionários dos favores oficiais” (Faoro, 1994, p. 109).

Em outros momentos da história política brasileira, as investidas direcionadas à modernização acenavam para a possibilidade de uma relativa autonomia das classes dominantes. Depois do golpe militar de 1964, isso não estava mais em pauta. O estamento militar empenhou-se para submeter todos a seu projeto modernizante, até mesmo os industriais (Faoro, 1976). Esses se submeteram às imposições em vista das vantagens que vislumbravam auferir com a implementação do regime ditatorial. Esse projeto de modernização foi controlado e dirigido com mãos férreas pelo estamento militar, que não deixou

de contar com os civis (a tecnocracia), que compunham o grupo de poder e que operavam várias ações, visando amortecer o impacto das imposições sobre os próprios setores industriais. “A estrutura militar e a estrutura capitalista vinculada ao Estado, representada pela tecnocracia” (Faoro, 1976, p. 4), conduziam o projeto modernizante, exercendo aquela primeira o papel central no processo decisório. Em 1976, Faoro afirmava:

“Não acredito que o sistema industrial-financeiro participe do processo de tomada de decisões. A atuação dos tecnocratas consiste justamente nisso: uma deliberação sem a participação dos interessados. Enquanto essas deliberações favorecem o empresário, ele tende a aceitar tranquilamente o processo. Só quando se julga prejudicado tenta protestar. Como, no entanto, não dispõe de poder político, esse protesto não modifica substancialmente as coisas” (Faoro, 1976, p. 4).

Mesmo não havendo, em razão de tais protestos, modificações substanciais no padrão de domínio vigente, pode-se dizer que, quando se examina a cotidianidade da vida política, naquele momento, o estamento militar, que comandava a ditadura, investia todos os seus esforços para não perder o controle do processo econômico e político em curso. Isso gerava, ano após ano, algumas fissuras no interior do bloco de poder, as quais iriam provocar tensões irremediáveis no próprio projeto de modernização gerado a partir da ditadura instaurada em 1964.

2 - Modernização, desenvolvimento e modernidade

Raciocinando em termos do processo histórico, Faoro considerava que o desenvolvimento, e não a modernização, se situava numa mesma linha diretiva rumo à modernidade. Ele recorria a Hegel (1770-31), visando buscar elementos para demonstrar que o desenvolvimento (social, econômico e político) era um movimento que não podia ser confundido com transição, aperfeiçoamento, progresso, atualização, inovação ou melhoramento de qualquer natureza. “O desenvolvimento é uma realização. A progressão, que a modernização é capaz de fazer, é uma passagem de um para outro, enquanto o desenvolvimento é o aparecimento de algo adequado ou que o ser comporta, que estava na essência do ser” (Faoro, 1994, p. 112).

Essas observações de Faoro tinham como objetivo destacar que o processo de industrialização colocado em andamento pela ditadura militar não podia ser

identificado como uma forma de desenvolvimento. Ele não o era, de fato, já que teria havido uma progressão forçada por uma decisão tecnocrática. Quando se tem uma inovação em vista da atuação de um grupo de pessoas voltadas para a realização somente de seus interesses, não há desenvolvimento possível. Nesse caso, pode haver inovação, progresso, mas não desenvolvimento. Este, por sua vez, quando em marcha, não pode ser detido, barrado, interrompido, desviado, em razão da vontade subjetiva de um grupo somente. Isto porque ele, enquanto tal, está além dos caprichos de quaisquer grupos, uma vez que desencadeia forças sociais que impedirão que vontades ou interesses isolados venham a prevalecer. O processo de desenvolvimento vai deixando mais e mais evidenciado que a história é um processo aberto, um contínuo em construção. Daí a sua possível desembocadura na modernidade. Ele afirmava que Hegel já havia demonstrado que a linha do desenvolvimento é a linha da modernidade.

Algumas reflexões de Raymundo Faoro sobre desenvolvimento têm proximidades com as discussões de Celso Furtado. Em **Dialética do Desenvolvimento**, este último afirmava que a sua noção de desenvolvimento tinha afinidades com a perspectiva hegeliana, segundo a qual "(...) o mundo não está constituído por coisas acabadas, e sim por um conjunto de processos (...). Somente uma lógica do desenvolvimento nos poderá capacitar (...)" (Furtado, 1964, p. 13) a compreender os mesmos. Todavia a comparação entre os dois demandaria um artigo próprio, para esmiuçar as semelhanças e as dessemelhanças em suas concepções. Para Furtado, por exemplo, o "(...) subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, ou melhor, é uma das formas que historicamente assumiram a difusão do progresso técnico" (Furtado, 1992, p. 47).

Faoro dá indicações de que concebe a difusão do progresso técnico como modernização, e não como uma variante do desenvolvimento. Essa idéia leva tanto Faoro quanto Furtado para caminhos distintos. O subdesenvolvimento era, para Furtado, como o deus Jano, que tanto olha para frente como para trás. Se ele não possuía necessariamente uma orientação definida, era possível que um projeto político consistente rompesse com a sua lógica perversa (Furtado, 1992, p. 57). Ou seja, a inovação, a modernização e o progresso técnico poderiam ser convertidos em fatores de desenvolvimento. Faoro, por sua vez, parecia, em vista da realidade brasileira, não considerar possível que a lógica da modernização desembocasse na do desenvolvimento.

"O desenvolvimento não pode ser matéria de decretos, nem é assim que uma nação aprende de outra. Uma elite não pode, pela compulsão, pela ideologia, gerar a nação. A nação que quer se modernizar sob o impulso e o controle da classe dirigente cria uma enfermidade, que a modernidade, quando aflorar, extirpa, extirpando os modernizadores.

Todos os países que sofreram modernizações (...) expulsaram, para que o desenvolvimento se irradiasse ao povo, a elite, a classe dirigente, a burocracia (...). A modernidade emergiu com a ruptura, construindo, sobre a ruína das autocracias o desenvolvimento, capaz de se sustentar com o movimento próprio, eliminando, juntamente com os males antigos, os males modernos. Todos deixaram de ser uma dualidade, uma imobilizada oposição de direções, para revelarem sua identidade cultural, num vôo próprio, dentro do universo, libertos da tradição e da contemplação nacional.” (Faoro, 1994, p. 113).

2.1 - A modernização em curso no início da década de 90

Em suas colunas semanais publicadas na revista **IstoÉ/Senhor**, Raymundo Faoro, entre os anos de 1990 e 1992, tecia algumas considerações acerca da propaganda de modernização feita pelo Governo Collor (1990-92). E sob quais elementos essa propalada inovação modernizante se assentava? Em primeiro lugar, ela estava fundada na suposta necessidade de anular o Estado. Ou seja, este último, na visão dessa elite conservadora que se apossou do aparelhamento estatal após as eleições presidenciais de 1989, deveria ser aniquilado.

“O paradigma parece estar nos tigres asiáticos, que teriam (ao que erradamente supõem) ingressado no mundo, inscrevendo-se na primeira fila, montados no liberalismo, contra o dragão do Estado. O Estado, diante dos estarrecedores índices de miséria, se limitaria, na sua administração, a promover e, se houver sobras públicas, a assistir a população. Abdicaria de um programa de distribuição de rendas — entregue à mão invisível — com todas suas implicações econômicas e sociais, por exorbitante aos fins do Estado. O liberalismo, em toda a parte uma ideologia da sociedade civil, seria aqui uma ideologia do Estado para a sociedade civil, que recebe as diretrizes do tipo de Estado que pode criar. O corte do Estado — o chamado Estado produtor, na verdade o Estado interventor — se daria com o redimensionamento das tarefas públicas. Ele [o Presidente da República] confunde o Estado, que é, em certos momentos, uma burocracia capaz de tutelar e de arbitrar os interesses sociais, com o funcionalismo. O Estado se tornaria um mero planejador da infra-estrutura, sobre a qual assentariam as obras econômicas que estimulassem o desenvolvimento, voltando as costas ao país, ao

país de uma minoria sitiada por uma maioria faminta e pobre.” (Faoro, 1994, p. 114).

O projeto de modernização que Collor e seus ministros alardeavam aos quatro ventos vinha com uma aparência de novo, de originalidade e, portanto, de quebra, de ruptura, de desmonte de toda uma era. Foi o que se convencionou chamar de desmonte da Era Vargas. Faoro chamava atenção para a fragilidade dessa tese. Para ele, antes de ser pensado como desmonte, dever-se-ia ter em mente o seguinte: o que causava tal aparência era o modo atrapalhado de o Governo Collor tentar destruir o Estado através do próprio Estado. O Plano Collor, por exemplo, posto em andamento nas primeiras horas após a posse, era uma espécie de choque econômico que dificultava a manutenção de algo que se vinha repetindo ao longo da história do País: o florescimento de novos ricos ao lado dos ricos arcaicos.

O Plano Collor, ao tomar medidas drásticas e inconstitucionais na área econômica, passava a impressão, num primeiro momento, de desmonte de todo um processo sedimentado ao longo do século XX. Faoro afirma que o País não havia tido somente um choque econômico: teria sido eletrocutado. E o acontecimento mais grave foi a dificuldade de reação, da sociedade civil organizada, contra a ruptura constitucional que se estabelecia. Tal dificuldade devia-se a quê? “À carência de meios institucionais.” (Faoro, 1994, p. 114).

O dado fundamental para essa análise que busca reconstruir o debate de Faoro acerca do capitalismo brasileiro e de seus emperramentos, baseado nos ensinamentos de Max Weber, situa-se na afirmação de que, assim como as demais propostas de modernização, a do início da década de 90 não era também sequer dotada de uma racionalidade capitalista. E não o era em vista da inexistência de um capitalismo economicamente orientado no País. A modernização de Collor não rompia com o capitalismo politicamente orientado. A tutela e a irracionalidade eram a marca principal do processo que o Governo Federal tentava implementar no País.

Assistia-se, assim, a mais uma modernização inteiramente desvinculada da modernidade, a qual ajudava a edificar, no final do século XX, um capitalismo de concessões e de subsídios. Os aproveitadores dos favores oficiais movimentavam-se, estabelecendo relações duvidosas com aqueles que passaram a estar à frente do aparelhamento estatal após as eleições de 1989. O Presidente da República, que havia prometido, em sua campanha, desencadear uma guerra contra os “marajás” e, por conseguinte, contra um Estado excessivo, fazendo uma absoluta confusão entre Estado e funcionalismo público, tendia a aparecer como redefinidor do modelo do Estado brasileiro. Parecia, aos mais desavisados, que o capitalismo politicamente orientado seria eliminado. No seu lugar, não se sabia, ao certo, o que surgiria. Os dirigentes não davam qualquer

indicação de que sabiam o que estavam gestando. Havia indicação, através de suas falas, de atos, ações, atropelos, medidas descabidas, desrespeitos constitucionais, etc., de que eles não tinham clareza nem sequer do que estavam procurando gestar. Um capitalismo economicamente orientado, por certo, não era. Mesmo porque este não tem como ser gestado a partir de tais condições.

Observe-se que Faoro não estava dizendo que não havia inovações em curso naquele momento. Ocorriam inovações, mas “(...) que inovar não é reformar, sabem os conservadores de todos os tempos” (Faoro, 1990, p. 25). Inovar também não é mudar. São processos distintos estes dois últimos. Quando se desencadeiam inovações, o objetivo é, na verdade, manter as coisas como estão, e não as mudar. No caso do Governo Collor, tentavam-se algumas inovações, muitas delas catastróficas e trágicas pelo que representavam enquanto ruptura constitucional. Tais inovações vinham geralmente acompanhadas do alarde do próprio Presidente da República de “(...) que não ficaria pedra sobre pedra” (Faoro, 1990, p. 25). Tudo seria subvertido, recriado, reinventado, reestabelecido, reelaborado.

“Neste país tropical, impávido colosso, temos uma longa e monótona história conservadora. Em alguns momentos conhecemos coisa pior: a fisionomia reacionária do perfil conservador” (Faoro, 1990, p. 25). Todavia não se pode imaginar que o conservadorismo é um bloco monolítico, destituído de conflitos e embates. Estes últimos se manifestam, mais claramente, nos momentos em que vem à tona alguma vanguarda conservadora que tenta, sem trégua, estabelecer o controle sobre o aparelhamento estatal. No entanto, quando não são os conservadores históricos, os conservadores novos ou os conservadores convertidos que estão no controle do poder, tem ocorrido, ao longo da vida política brasileira, um fenômeno interessante: os reformistas, uma vez no poder, vestem-se da pele conservadora, ou até mesmo da reacionária, sem qualquer problema. É o que observava Manoel Bomfim, em **O Brasil Nação** (1931), ao analisar a política ao longo do século XIX. Os reformistas, dizia ele, não tinham problema algum de vestir a pele conservadora, pois, geralmente, “(...) sem intransigências de idéias nem de virtude para sacrifícios (...), [eles] tratavam de aproveitar a situação no modo mais moderado, mais cômodo [possível]” (Bomfim, 1931, p. 125).

Os supostos reformadores, que faziam parte do Governo Collor, proclamavam aos quatro ventos que estariam dispostos a realizar reformas estupendas no Estado. Mas é interessante observar o movimento que faziam quando se aninhavam no cargo. Faziam-se conservadores e, desde então, não interessava a eles nada mais que a inovação. A intenção de reformar ou de mudar saía totalmente de cena. Reformadores e conservadores tinham, então, um só objetivo: inovar. E o que era o alvo principal desse processo? O Estado,

obviamente. Ocupava o debate político a seguinte questão: havia necessidade de combater o agigantamento do Estado e de implementar o seu encolhimento.

“Lembre-se que a trilha conservadora está calcada de estatismo, na economia, na supremacia sobre a sociedade, nas oportunidades empresariais e de emprego. Pouco Estado? Substituam-se, na cabine de comando, as velhas elites, por elites responsáveis, no jogo intra-elitário. Era o Estado o principal agente econômico? O discurso dirá de um Estado que sai de cena para colocar em seu lugar a iniciativa privada e a economia de mercado. Enquanto a economia e a sociedade não mudam, rebeldes à retórica oficial, substitua-se a reforma pela inovação. Mude-se o subsídio, o incentivo, a concessão aberta e franca, a barreira alfandegária pelo subsídio que cobre todos os subsídios. (...) Na verdade, debaixo da fumaça da inovação, a intervenção do Estado, que era fluída e indolor, torna-se amarga e dura, caindo como recairá sobre a classe que tem menores recursos de protesto.” (Faoro, 1990, p. 25).

Faoro ressaltava que o capitalismo politicamente orientado não deixaria de existir por uma operação milagreira advinda do jogo entre as elites que se aninhavam no seio do Estado e faziam dele o seu melhor negócio. O Governo Collor seria, provavelmente, o momento mais adequado para observar as dificuldades e as impossibilidades de operacionalizar reformas, mesmo que artificiais, no âmbito do padrão de domínio e no de organização social vigentes. As inovações eram formas de empurrar toda reforma para longe. Nessas condições, não havia qualquer indicação, apesar de todas as propagandas do Governo Collor no início da década de 1990 de que o capitalismo economicamente orientado viesse a prevalecer, no Brasil, no limiar do século XXI.

E a inexistência de tal indicação não se devia ao fato, como queria fazer crer a Ministra Zélia Cardoso de Melo, de que a sociedade é que não correspondia às expectativas do Governo. Este último estaria fazendo de tudo, segundo a autoridade citada, mas a sociedade nada fazia para ajudar os dirigentes a tirar o País do atoleiro do atraso. Seguindo a lógica desse raciocínio dos que chegaram ao poder após as eleições de 1989, os governantes tentavam implementar um Estado moderno, uma economia moderna, mas a sociedade não respondia satisfatoriamente ao processo em curso. “Que fazer? Trocar de sociedade, composta de um povo que não foi digno dos iluminados dirigentes que ilustram este apagado fim de século?” (Faoro, 1990a, p. 23).

Dada a impossibilidade de trocar a sociedade, os governantes vinham a público, seguidamente, para ameaçar a todos indistintamente. Faoro lembrava que a Ministra da Economia insistia que o Governo Collor tinha uma meta a

cumprir e faria isso de qualquer modo. Ou seja, caso fosse necessário, faria, na marra, o que tinha que ser feito. Uma postura autoritária como essa, ao ser abertamente proclamada por um membro do Governo, era, no mínimo, expressivamente reveladora. Toda a gente considerada pelo Governo como nefasta (funcionalismo público, desempregados, operários que reivindicavam aumentos salariais, aposentados que queriam ajustes em suas pensões, dentre outros) seria combatida duramente pelos iluminados que estavam à frente do poder naquele momento. Assim é que eles iriam construir um capitalismo moderno e um Estado também moderno no País. No entender dos governantes, essa fórmula era infalível.

Os condutores do Governo Collor supunham que o capitalismo moderno surgiria no País pela força de meia dúzia de inovadores. Toda contestação, todo repúdio, toda crítica de funcionários públicos, de juristas, de intelectuais, de empresários, de trabalhadores, de aposentados, etc., fossem de quem fosse, deveriam ser desconsiderados, através de alguns golpes certos, o que se tentava fazer sempre tendo à mão um bode expiatório, acusado de estar destruindo as possibilidades modernizantes que haviam sido postas em andamento naquele momento. “O que está na essência de todas as modernizações, como as de 1937 e 1946, bem como das pequenas modernizações, vendidas a varejo, é a convicção de que a sociedade pode ser desenhada com uma providência enérgica, ainda que imposta goela abaixo.” (Faoro, 1990a, p. 23). Não seria, portanto, por acaso que este país tem sido um vasto cemitério de modernizações. São muitos os esqueletos, as carcaças, os fósseis, os restos mortais desses processos postos em andamento no decorrer da história do Brasil (as inovações conhecidas como pombalismo, as de D. João VI, as de Pedro II, as de Getúlio Vargas a partir de 1937 e as dos militares após 1964 podem ser citadas como exemplo), afirmava Faoro no artigo **A Triste “Modernização”** (1991).

A maioria das modernizações no Brasil veio acompanhada de alguma forma de despotismo. A modernização de 1937 e a industrialização modernizante do pós 1964 foram exemplos de processos despóticos, nos quais as autocracias de cada um desses momentos assumiram caras diversas. O período inaugurado com as eleições de 1989 teria também uma feição tirânica, que era expressa no desprezo que se estabeleceu à Constituição. “As grandes modernizações as arquivam sumariamente, como [ocorreu em] 1937 e 1964. As pequenas modernizações as desprezam, entregando-as ao culto dos adoradores de filigranas

ou de pessoas que não vêem a eficiência do governo e sua sabedoria, sempre superior aos entraves das ninharias jurídicas.” (Faoro, 1990a, p. 23).⁵

A modernização do Governo Collor repetia a história de outras modernizações havidas anteriormente. E o fazia em vários aspectos. Mas, em um deles, era flagrante a semelhança com outros processos que foram postos em andamento em momentos diversos. Ela se fazia às custas da euforia de uns e do desespero de outros. Os eufóricos teriam sido aqueles que enriqueceram às custas de tais inovações. Os desesperados eram os que empobreceram ainda mais, em razão do processo de concentração de rendas desencadeado. Há também um outro traço que se tem repetido ao longo da história: “a avaliação fantasiosa da realidade” (Faoro, 1991, p. 47). Os promotores das políticas de modernização falseiam e colorem a realidade das cores mais inimagináveis. Muitas vezes, os colapsos são iminentes, já que são recorrentes os tumultos que provocam na base econômica. Isto porque, afirma Faoro, as inovações, às vezes, colidem com a rota da economia. Mas uma coisa tem sido inquestionável na história do País: independentemente de qualquer forma (provinciana, despótica, superficial, elitista, inconstitucional, desequilibrada, defeituosa, mesquinha) que a modernização assuma, ela sempre enriquece vertiginosamente aqueles que a conduziram.

Raymundo Faoro sugeria uma comparação entre a modernização levada a termo a partir da década de 50 do século XIX e a modernização que se iniciou em 1990. Mais de 100 anos separavam-nas, mas, nas duas, os seus condutores celebravam o surgimento de uma era moderna. Tudo seria diferente a partir de então. Ao menos para o grupo que se beneficiava de tais processos, não havia dúvida de que as coisas mudariam, em vista de seus enriquecimentos privados ocorridos às custas dos novos negócios, inaugurados sob a égide do capitalismo politicamente orientado.

“A modernização, com sede no Rio de Janeiro, iluminou a cidade, trazendo, com a luz, Mauá, até que seus sonhos de grandeza se perdessem no pó da história econômica. Uma nova camada emergiu, atilada e voraz, com fronteiras, mediando-se em outras direções. Agora, em 1990, a outra modernização, a que parte de Brasília. Medra na sombra, onde circulam personagens obscuras. O lance que lhe dá o perfil é a compra da Vasp. Ninguém sabia, antes do fato, o nome do ator, como, paralelamente, ninguém tinha jamais ouvido o nome dos

⁵ Faoro afirmava que o Governo Collor não apresentava qualquer apreço pela Constituição em vigor desde 1988. Isso ficava claro nas tentativas de emendá-la e/ou nas ações que indicavam a existência mesmo de uma ruptura constitucional como o Plano Collor (Faoro, 1991a, p. 15).

mancebos. Ninguém se espantaria se, na seqüência, algum ferreiro de Brasília comprasse a Cia Siderúrgica Nacional.” (Faoro, 1991, p. 47).

Faoro questionava, assim, as teses que sustentavam que as inovações postas em prática no início da década de 90 representavam a redefinição do capitalismo brasileiro. Este continuaria a depender do que se via naquele momento, tão arcaico como sempre foi no que se referia à dependência e à orientação do Estado. O mito da modernização havia sido montado às custas da própria estabilidade constitucional. Qual capitalismo racional, economicamente orientado, sairia dessas bases? Nenhum, obviamente. O encontro entre os setores fantasiadores da realidade (os componentes do Governo Collor) e os setores anacrônicos (Faoro, 1991b, p. 5), que se acotovelavam para ver quem levava mais vantagens nas negociatas promovidas por aqueles que estavam à frente do aparelhamento estatal, era indicador de que a persistência no modelo arcaico de capitalismo seguiria ainda por tempos indefinidos.

Em entrevista dada à revista **IstoÉ/Senhor**, Raymundo Faoro, em janeiro de 1991, insistia que o fundamento da modernização posta em prática pelo Governo Collor se assentava “num modelo passivo de submissão da população” (Faoro, 1991b, p. 8). Nisso, ela repetia a história das inovações ocorridas no passado distante e no passado recente. O traço que mais chamava atenção era a insistência em adotar, no País, uma modernização pautada na importação de produtos acabados. Ela chegava a ir mais longe que a modernização pombalina⁶, que importou professores. O Governo em exercício no início da década de 90 tentava implementar um processo de importação dos produtos acabados. Nada de investimento em pesquisas e/ou em tecnologia. Tudo seria trazido de fora, numa lógica que tendia a perverter inteiramente a Nação. Era uma proposta de modernização do capitalismo na contra-mão do que haviam feito o Japão e a Alemanha, por exemplo. Nesses países, os seus técnicos e intelectuais tiveram um papel essencial.

No caso do Brasil, no início de 1990, era perceptível um dogmatismo místico em relação à modernização. Não havia nada de racional nas medidas tomadas pelo grupo de poder. Analisando-se suas ações e suas falas, ficava evidenciada uma maneira mágica de pensar o mundo e suas relações. Os dirigentes imaginavam que era possível se integrar ao mundo globalizado apelando para a intervenção divina, para magias, para milagres. Mas qual integração seria possível? Se os governantes agiam de modo a desmantelar inteiramente a

⁶ Referente ao estadista português Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-82).

economia nacional, qual modernização seria possível? Nenhuma, assinalava Faoro.

Havia, ainda, um outro agravante no modo de o Governo conduzir a sua modernização: a incapacidade de ver que a democracia é mais importante que o liberalismo. Notava-se uma defesa de bandeiras liberais ultrapassadas, desconexas de nosso tempo, o que era, sem dúvida, sintoma de espírito periférico. Somente assim, dava para entender a compreensão subdesenvolvida de modernização que possuíam “os donos do poder”, os quais apregoavam aos quatro ventos que estavam implementando algo que ninguém sabia exatamente o que era. “Não se diz o que é a ‘modernização’, como pode ser feita e como não pode ser feita. Este país tem, afinal, 200 anos de frustrações, nessa área, desde Pombal até o regime militar.” (Faoro, 1991c, p. 19).

A perspectiva subdesenvolvida de modernização ficava explicitada no modo como o Governo Collor advogava que o empreendimento da mesma devia ser feito:

“(…) do alto para baixo, sem o concurso da sociedade.^[7] Com tal esquema, [ela] há de ser forçosamente uma força concentradora de rendas e, reduzindo-se o grupo de poder, de concentração política. Quem não lembra o que houve com a prosperidade brasileira dos últimos anos, a do ‘milagre econômico’, que não chegou ao povo?” (Faoro, 1991c, p. 19).

No início da década de 90, as inovações propostas pelos dirigentes desintegravam, destruíam, a economia nacional. Isso só poderia ser lido como a “persistência do regime colonial de feitorias — nada mais” (Faoro, 1991c, p. 19).

O Governo Collor pregava uma necessária reforma constitucional para ampliar o seu poderio. Dizia-se incumbido de remodelar a economia e a política do País. Daí a incessante busca pelo aumento de seu poder decisório. Não havia nada de novo em seus atos e medidas. Uma inovação, sujeita somente aos comandos de uma elite, que se autodenominava sábia demais para escutar os diversos segmentos da Nação e que lutava para reduzir todos a uma passividade absoluta através do enfraquecimento dos sindicatos e dos órgãos de classe não era, por certo, no caso do Brasil, algo novo (Faoro, 1991d, p. 25). As reformas que os governantes se diziam empenhados em levar a termo tinham uma fisionomia bem conhecida ao longo da história do País, ou seja, a feição autocrática. Esse caráter autoritário ficava evidente na discussão sobre a reforma

⁷ Faoro afirmava que Machado de Assis e Lima Barreto tinham demonstrado, de modo preciso, o que as modernizações haviam significado para o País no final do século XIX e no início do XX.

constitucional que o Governo Collor queria pôr em prática. Ele queria fazer uma emenda que possibilitasse a implementação de medidas não reveladas na campanha presidencial.

“A emenda que se [queria] implementar não [era] uma emenda qualquer. Ela mudava o sistema tributário (incidindo sobre a ordem federativa), além de, passando por outros tópicos, entregar a burocracia ao arbítrio exclusivo — uma vez que se retira estabilidade dos funcionários — dos agentes do Poder Executivo.” (Faoro, 1991e, p. 25).

Em nome da instauração de um moderno capitalismo liberal, o Governo Collor punha às claras a essência de uma política conservadora, que, desde muito tempo, percorria as artérias da Nação brasileira. Usando e abusando da expressão liberal, o grupo no poder estabelecia um processo de inovação econômica que mantinha intocados a miserabilidade, a concentração de rendas e o divórcio entre a sociedade e o Estado. Este último era atacado como excessivo demais, daí a necessidade de implementação do Estado mínimo. Estava em questão a velha obsessão por copiar modelos completamente desconexos de nossa realidade. Todo o discurso supostamente liberal do Governo Collor revelava isso. E por que supostamente liberal? Porque são falas e ações que utilizavam vários expedientes para esconder a real natureza das políticas postas em prática naquele momento.

No Brasil, aliás, o liberal esteve sempre condenado ao ostracismo. Cipriano Barata, Teófilo Otoni, Rui Barbosa e Teotônio Vilela eram liberais. Mas havia uma distância muito grande entre suas propostas e as dos supostamente liberais que estavam no poder, a partir das eleições de 1989. Estes últimos nunca foram liberais; foram, sim, conservadores que não se assumiam enquanto tal.⁸ Mas, no caso brasileiro, havia alguma possibilidade de encontrar alguma afinidade entre os liberais e os conservadores? Faoro diz que sim. Ele afirma:

“Antes que me esqueça, o conservador tem real afinidade com o liberal, com uma espécie particular de liberal. Ele também, depois de se cevar nas estrebarias do Estado, sonha com o mercado, a livre iniciativa, a empresa liberta de intervenções e interferências governamentais. Trata-se de uma coincidência singular. Dizendo-se filiado ao liberalismo econômico, com o Estado mínimo, desvaloriza a essência da racionalidade liberal: a calculabilidade e a previsibilidade das ações do poder público, e, conseqüentemente, o meio político de

⁸ Faoro afirmava que Bernardo Pereira de Vasconcelos, político poderosíssimo do século XIX, podia ser tomado como o modelo de conservador que se apresentou, em determinadas circunstâncias, como liberal, mas em cujas ações iam rapidamente ficando evidenciadas suas posturas conservadoras (Faoro, 1991f, p. 25).

controlá-lo. Compreende-se a excentralidade. Os conservadores, na sua atividade prática, se geram dentro da esfera estatal e dela só cuidam em se libertar quando podem viver a sua própria custa. Esta simbiose, provocadora do conflito mental do conservador, explica sua timidez medrosa diante do governo. Onde estão os empresários de oposição? Suas restrições ao governo são, no máximo, como disse o presidente da Fiesp, um ‘desabafo’, nada mais, nada menos” (Faoro, 1991f, p. 25).

Tornar o capitalismo moderno numa sociedade como a brasileira passava, antes de mais nada, pela constituição de atores políticos capazes de agir de modo a balizar a ação dos dirigentes. Tais atores políticos tinham, também, que emergir dos diversos segmentos sociais, até mesmo dos setores empresariais. Enquanto estes últimos fizerem afirmações de que seus protestos são apenas desabaços, e não um empenho questionador das ações governamentais, há uma clara indicação de que o País está ainda muito longe da constituição de um capitalismo economicamente orientado. Ao longo do século XX, não se viu praticamente nenhuma indicação de que este último estava lançando suas bases no Brasil. Os diversos planos econômicos, desde os do Presidente Campos Sales (1898-02), empobreceram as massas urbanas, solaparam a possibilidade de emergirem novas atividades, novos empresários independentes do Estado, novos agentes sociais organizados politicamente no âmbito da própria classe trabalhadora, novas lutas de classes, novas correlações de forças e novos embates. Assim é que foi sendo retardada, dia após dia, “a implantação de um projeto de República, não para um grupo, mas para os brasileiros” (Faoro, 1991g, p. 19).

O modelo conservador burocrático esteve na base dos vários planos econômicos postos em andamento no decorrer do século XX. As práticas dos dirigentes que colocaram tais planos em andamento estiveram sempre permeadas por atos e medidas ditatoriais. Veja-se, por exemplo, o Plano Collor, que foi, até mesmo, uma forma de ruptura constitucional. A mentalidade dos governantes tem estado, ao longo da história, aprisionada por um modelo que repele, na prática, a sedimentação da República e da democracia. O Governo Collor era o exemplo mais acabado disso. Nele,

“Ficamos num naipe em que o poder quer justificar-se pelo poder, como governo gerado por uma minoria e por uma minoria dirigido, com o artefato clássico da minoria — a propaganda. Estamos condenados, (...) ao pacote que sucede ao pacote, sempre bem instrumentado pela mídia, até que a própria mídia reclame a mudança do cenário, para que se torne a representar a mesma peça, com outros canastrões” (Faoro, 1991h, p. 23).

Um dado revelador, por excelência, de uma mentalidade burocrática conservadora era o fato de o Governo Collor insistir que a modernização do capitalismo brasileiro somente se poderia concretizar se fosse feita a reforma da Constituição. Ele pretendia tornar a mesma um instrumento de governo, passando sempre a idéia de que a Carta de 1988 é que deveria ser posta a seu serviço, e não o contrário. “Se o chefe de governo se elegeu dentro da Constituição, não devia ele adequar seu governo à Constituição, em lugar de querer ajeitar a Constituição ao seu governo?” (Faoro, 1991e, p. 25). Mas isso seria romper com uma mentalidade burocrática conservadora que vinha, há décadas, reinando entre “os donos do poder”.⁹

3 - Algumas considerações finais acerca do capitalismo politicamente orientado

Raymundo Faoro, tanto em suas obras quanto em seus artigos publicados nas décadas de 80 e 90, procurou demonstrar que se sedimentou no País uma estrutura social e política que tem rechaçado, século após século, ano após ano, a constituição de um capitalismo economicamente orientado no Brasil. O capitalismo foi, ao longo do século XX, por exemplo, moldando-se tanto econômica quanto politicamente a uma dada forma de processamento da própria realidade estatal, a qual, por sua vez, não hesitou em sacrificar o aparelhamento institucional e o sistema de liberdades, para fazer prevalecer uma orientação policialesca e repressiva. Foi o que ocorreu em 1937, foi o que ocorreu em 1964. Nesses dois casos, o aparelhamento estatal centralizador passou a conduzir não somente as instituições de modo geral, mas também o próprio processo de expansão do capitalismo brasileiro.

Nesses dois momentos, implementava-se um tipo de modernização fortemente comandado por aqueles que se encontravam à frente do aparelhamento estatal. Na década de 30, a indústria siderúrgica deu a tônica ao processo de expansão do capitalismo no País. No entanto, Faoro não supõe que Getúlio Vargas tenha chegado ao poder, em 1930, já empenhado no desenvolvimento das indústrias de base. O investimento na área de siderurgia

⁹ Para demonstrar a persistência dessa mentalidade conservadora, Faoro afirmava em 1991: “Tivemos, nestes quase sete anos, dois presidentes. Na verdade, não dois presidentes, mas dois corpos diferentes de uma alma que, com a sucessão, transmigrou de um para outro. O problema (...) será definir a primeira encarnação. Teria acontecido em 1964 ou em 1968?” (Faoro, 1991i, p. 21).

não tinha como pressuposto lançar vôo rumo àquelas últimas. Suas primeiras manifestações a favor do investimento no setor siderúrgico tinham como finalidade atender às reivindicações do Exército, que exigia a criação das condições para que os meios de defesa fossem modernizados. É evidente que a implementação das indústrias siderúrgicas cria um lastro sobre o qual a industrialização vai ganhar fôlego.

Contudo a modernização que o regime político instaurado em 1930 se propôs a realizar no País teria que ser analisada à luz das condições econômicas dos últimos anos da década anterior. A crise do café tornava propício o centralismo e o autoritarismo de governo. O Estado, nessas condições, assumia o papel de realizador do desenvolvimento econômico e fazia isso com o apoio das forças militares, que viam o Estado como aquele que poderia equilibrar e subordinar os diversos interesses aos interesses nacionais.¹⁰ Fixavam-se, assim, firmemente, no processo de modernização industrial que ocorria a partir dos anos 30, os pilares que dariam continuidade a um capitalismo politicamente orientado pelo Estado.

Faoro entendia que havia um conjunto de circunstâncias que levava à fixação dos pilares desse capitalismo politicamente orientado no pós 30. Era evidente que, numa economia que dependia da exportação do café — já que 70,9% do total exportado pelo País era constituído por esse produto —, a crise econômica mundial abalou de tal forma a economia que se impunha uma realidade em que o Estado ia, mais e mais, adquirindo um papel essencial. No entanto, havia ainda um outro elemento que potencializava as condições para a permanência de um capitalismo politicamente orientado: a crença, por parte dos setores preponderantes, de que o aparelhamento estatal deveria continuar atuando para pacificar as demandas sociais. Para estes últimos, o progresso nacional somente seria alcançado se fossem domadas as forças sociais que tentavam abrir espaços na arena política em razão da industrialização e da urbanização.

As vigas mestras de um capitalismo politicamente orientado estavam construídas desde a colonização. Interessa compreender como, em cada conjuntura (pós 1930, pós 1964 e pós 1989), se delineiam as ações que vão dando a esse processo, o qual é social, econômico e político, a substancialidade necessária para a sua perpetuidade. De que maneira a comunidade política agiu em todos esses períodos mencionados? Ela atuou sempre, à frente do

¹⁰ Góes Monteiro, chefe militar da Revolução de 1930, afirmava: “O Estado deve ter poder para intervir e regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação, criando aparelhos próprios para organizar nossa economia, obrigar todos ao trabalho e satisfazer o mínimo das necessidades morais e materiais de todo cidadão brasileiro que sirva, realmente, à sua pátria” (Goes Monteiro apud Faoro, 1989, p. 695).

aparelhamento estatal, como se fosse a gerenciadora de negócios privados. Ou seja, conduziu e comandou os negócios públicos como se fossem seus negócios privados, gerando, assim, um corpo empresarial inteiramente dependente do Estado quer para créditos, quer para subsídios, quer para fomentos, quer para facilitações de seus negócios de modo geral. Esse processo eliminou paulatinamente a constituição de um capitalismo economicamente orientado. O efeito imediato desse processo foi o não-florescimento de um embate político por onde fluíssem os interesses nacionais e coletivos.

O capitalismo politicamente orientado está praticamente viciado em processos políticos que extirpam o enfrentamento, o embate entre as diversas forças sociais. Os setores trabalhadores estiveram sempre, de algum modo, amordaçados. O golpe militar de 1964 aprofundou o processo de rechaçamento dos embates entre os diversos segmentos sociais. O traço mais marcante desse período foi a fortificação do capitalismo politicamente orientado. O estamento militar dirigia o Estado e pressionava até mesmo as forças sociais preponderantes, para incorporá-las a um dado padrão de mando e de decisão. O padrão de domínio prevalecente, excludente e autoritário por excelência, alimentou a geração de uma dependência extrema dos vários setores econômicos do Estado. Os subsídios, os créditos e as isenções vão gerando uma relação de beneficiamento para os setores econômicos arcaicos e modernos, que solapava, dia após dia, a constituição de um capitalismo economicamente orientado pelos embates estabelecidos pela própria lógica do mercado, afirmava Faoro.

A partir de 1985, não se assistia a uma redefinição desse capitalismo politicamente orientado. Sua essência — fundada nos controles do aparelhamento estatal, na dependência dos setores capitalistas em relação a subsídios, créditos, isenções e na busca de dismantelar quaisquer conflitos entre as diversas forças sociais — continuava a prevalecer de modo vigoroso. Por isso, Faoro afirmava, em 1991, que aqueles que conduziam o processo econômico e político, na segunda metade da década de 80 e no início da de 90, demonstravam possuir a mesma alma daqueles que haviam conduzido o País durante a ditadura militar.

O Governo Sarney (1985-90) e o Governo Collor (1990-92) reproduziam, em suas políticas, a essencialidade de um padrão de domínio que deixava evidenciada a não-existência de qualquer indicação de que estavam constituindo, no Brasil, as bases para o rompimento com o modelo de capitalismo politicamente orientado pelo Estado. E quais eram as principais indicações disso? O Plano Collor, implementado logo após a instalação do Governo, empobrecia as massas trabalhadoras, extinguiu as possibilidades de emergência de novas atividades econômicas e de novos empresários independentes do Estado, solapava a possibilidade de emergência de novas correlações de forças, de novos embates. Somente esses elementos eram suficientes para levar a concluir que as inovações

propostas não eram, de fato, mudanças. Era a repetição, conforme ocorreu em muitos outros momentos da história do País, de intenções modernizantes nada condizentes com a construção de relações sociais que poderiam conduzir o Brasil à modernidade. Esta última era entendida por Faoro como um conjunto de ações capazes de engendrar uma nação, de fato, democrática e inclusiva.¹¹

Referências

BOMFIM, Manoel. **América Latina**: males de origem. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 358p.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, 327p.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, 654p.

FAORO, Raymundo. A amnésia liberal. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1128, p. 25, 08 maio 1991f.

FAORO, Raymundo. A mania das grandezas. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1131, p. 19, 29 maio 1991g.

FAORO, Raymundo. A modernização nacional. In: — **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994a, p. 95-115.

FAORO, Raymundo. A triste “modernização”. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1113, p. 47, 23 jan. 1991.

FAORO, Raymundo. As inesperadas coincidências. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1126, p. 25, 24 abr. 1991d.

FAORO, Raymundo. **Assembléia Constituinte**: a legitimidade recuperada. São Paulo: Brasiliense, 1981, 98p.

FAORO, Raymundo. Entrevista. **Veja**, São Paulo, n. 399, p. 3-6, 28 abr. 1976.

¹¹ As dificuldades para construir processos que caminhem no sentido da modernidade são visíveis no decorrer da década de 90 e na atual. Francisco de Oliveira afirma: “A *longue durée* autoritária brasileira prega mais uma peça à nossa modernidade. O PT, nascido nos Estados ricos, portador do futuro, quando se expande nacionalmente, ganha nos Estados pobres e perde nos ricos. Mais que simples troca geográfica, o que ocorre é o precoce envelhecimento político do partido nascido para reformar o país; não se expandiu a modernidade, o atraso a engoliu. Raymundo Faoro não gostaria de ter visto essa regressão” (Oliveira, 2004, p. 11).

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994, 135p.

FAORO, Raymundo. Inovar não é reformar, nem mudar. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1093, p. 25, 29 ago. 1990.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988, 496p.

FAORO, Raymundo. Mudar a Constituição. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1143, p. 25, 21 ago. 1991e.

FAORO, Raymundo. O eterno retorno. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1142, p. 23, 14 ago. 1991h.

FAORO, Raymundo. O governo da ineficiência. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n.1114, p. 4-8, 30 jan. 1991b. Entrevista.

FAORO, Raymundo. O monstro e a indecência. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1151, 16 out. 1991i.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989, 750p.

FAORO, Raymundo. Réquiem para mais um plano. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1095, p. 23, 12 set. 1990a.

FAORO, Raymundo. Todos os homens do presidente. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1111, p. 15, 9 jan. 1991a.

FAORO, Raymundo. Uma instituição ausente. **IstoÉ/Senhor**, São Paulo, n. 1114, p. 19, 30 jan. 1991c.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 87p.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, 181p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O poder pessoal. In: HISTÓRIA geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1972, v5, t.2, p. 72-78.

OLIVEIRA, Francisco de. Quem derrotou Marta? O governo Lula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2004, C. A., p. 11.

ROMERO, Silvio. **Obras filosóficas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969, 869p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UNB, 1999, v. 2, 580p.